



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

AS LINHAS QUE CONTORNAM A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL

Edlene Santos Oliveira
(UESB)

RESUMO

O presente estudo analisa a história da formação da educação do campo no Rio Grande do Sul e a contribuição política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na conquista desse espaço, para o desenvolvimento educacional de seus seguidores, mais precisamente, no assentamento Encruzilhada do Natalino, no município de Ronda Alta/RS. Para tanto, apontou-se os caminhos traçados pela história da educação brasileira sob as relações capitalistas de produção e seguiu-se uma investigação que ocorreu através da pesquisa bibliográfica. O estudo aborda aspectos quantitativos e qualitativos por ter sido produzido através de leituras e análise de dados, numa perspectiva dialética.

PALAVRAS-CHAVE: MST. História. Educação do campo.

INTRODUÇÃO

A partir de uma visão paradoxal do modelo colonizador e escravocrata implantado por Portugal, no último ano do século XV, como forma de dominação do território, transportou-se aos tempos modernos, resquícios dos costumes e das mentalidades do passado. Em pleno século XXI, percebe-se ainda a forte interferência desse sistema na educação brasileira, que herdou profundas características do elitismo, defensor e promotor da exclusão social, o que sugere

· Especialista em Geografia e Desenvolvimento Local pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

um “retrocesso” no tempo e no espaço histórico do processo educacional, que não consegue abranger todos os segmentos da sociedade.

A educação brasileira deveria dialogar com todas as instâncias da sociedade, e o meio rural, que sempre serviu-lhe na doação do bem comum e experimenta a exploração capitalista do meio ambiente, deflagrada na modernização do campo, não pode ficar a parte desse diálogo. “Dentre as inúmeras atribuições que lhe competiam, estavam a de (...) escravizar os índios a fim de usá-los no trabalho.” (ANDRADE, 1998, p. 60). Isso explica porque a exploração do meio rural é violenta e ainda é aplicada pelo sistema político brasileiro. Essa situação se enraizou profundamente e contribuiu para o continuísmo do olhar preconceituoso que a sociedade lança contra o homem do campo, e essa visão foi perpetuada pelas formas de poder implantadas no país.

A falta de compromisso dos sistemas políticos do Estado brasileiro, quando se pensava em políticas educacionais para as escolas do país, resultou na crença de que o problema a ser resolvido, para extinguir o analfabetismo, a evasão escolar e a educação do povo, principalmente do que vivia nos campos, fosse a localização espacial geográfica de algumas escolas e a pequena densidade de alunos oriundos de regiões rurais. Esse processo é desencadeado por uma série de acontecimentos históricos que definem o que é a educação do campo hoje.

Em 1932, o país assistiu a mais um espetáculo crítico de abandono e descaso com a educação brasileira, e mobiliza um grupo de educadores que elaboram e levam ao conhecimento da nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, considerado por Saviani (2008) como o marco do Escolanovismo no Brasil. O autor ainda considera:

(...) que o *Manifesto de 1932*, mais do que um documento em defesa da Escola Nova, configura-se como um programa de política educacional cujo vetor é a instituição de um sistema completo de educação pública destinado a abarcar todas as crianças e jovens integrantes da população brasileira. Foi, pois,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

antes de tudo, um manifesto em defesa da escola pública, diferentemente da maioria das experiências da Escola Nova que, no contexto europeu, traziam a marca da iniciativa privada (SAVIANI, 2008, p. 17).

Neste mesmo ano, a política brasileira passa por momentos conturbados na sua história, quando eclode em São Paulo um protesto contra o presidente Getúlio Vargas, que governava sem uma Constituição. Muitos protestos foram gerados, o que fez surgir um movimento conhecido por Revolução Constitucionalista, logo debelado pelo governo.

(...) Exercendo a Presidência em caráter provisório, em cujo período foi eleita uma Assembléia Nacional Constituinte que elaborou uma nova Constituição promulgada em 1934, Getúlio Vargas foi eleito pela própria Assembléia, então transformada em Congresso Nacional, para um período presidencial de quatro anos durante o qual o Congresso Nacional funcionou regularmente, operando, inclusive, como órgão legitimador das medidas de exceção que Vargas ia instituindo progressivamente, sob o pretexto de combater as ações subversivas. (SAVIANI, 2006, p.22).

A política brasileira apresenta diversidades de significados provenientes das diferenças de classes e, em parte, da pouca qualidade socialmente útil para a vida humana.

A Educação Nova pretendeu a reconstrução educacional no Brasil. Era o período da Segunda República, 1932, momento de combate à educação tradicional em prol de uma educação menos elitista e mais voltada para a vida. O documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por intelectuais como Anísio Teixeira, Júlio Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Edgar Roquete Pinto, Cecília Benevides de Carvalho Meireles, entre outros. Sobre essa temática podemos aprender que:

De fato, nos meses iniciais de 1932 o documento já estava redigido. Em carta de 14 de março desse ano, Fernando de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Azevedo comenta com Anísio Teixeira que escreveu o texto em cinco dias, embora tenha pensado no assunto durante um mês. Portanto, o prazo de dois meses referido por Nóbrega da Cunha foi cumprido. A questão que ocupou o mês de março, e que também é retratada na referida carta de Fernando a Anísio, diz respeito aos mecanismos que garantissem a mais ampla divulgação do “Manifesto”. (SAVIANI, 2008, p. 234).

O documento se tornou um marco para o projeto de renovação educacional do país, na defesa de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. A Educação Nova assume, então, a dupla proposição de uma postura educativa mais humana e do exercício verdadeiro da sua função social. Saviani (2008, p. 243) comenta que “chegou o momento, então, de explicitar, para o povo e para o governo, as bases e diretrizes da reconstrução educacional. Essa impunha-se como uma tarefa daqueles que tomaram posição de vanguarda”.

A Escola Tradicional, incentivada por uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo humano, que teve, aliás, o seu papel na formação dos quadros rígidos da vida social. Percebe-se, com o seguinte fragmento, que:

(...) Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo conteúdo de uma época histórica, é evidente que em toda sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX e ENGELS, 2009, p. 67).

Continuando nessa linha de análise, vê-se surgir no cenário educacional brasileiro as Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas a partir de 1942, promotoras do fortalecimento do ideal de educação dualista, uma estratégia separatista de educar a elite de forma diferenciada da classe trabalhadora, separando essas classes de acordo a sua função social.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Entretanto, a separação entre a educação das elites e a das classes populares não só perdurou como foi explicitada nas Leis Orgânicas de 1942. De acordo com essas leis, o objetivo do ensino secundário e normal seria o de formar as elites que iriam comandar o país, cabendo ao ensino profissional oferecer formação adequada aos filhos dos proletários, aos desvalidos da sorte, aos menos afortunados e àqueles que necessitavam ingressar precocemente no mercado de trabalho.

Na década de 60, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevendo o aumento do fluxo migratório do campo para a cidade e, por fim, o inchaço nas favelas dos grandes centros urbanos, implantou escolas na zona rural para a contenção do homem do campo no seu meio. Embora a LDB, lei nº 4.024, promulgada em 1961, tenha sido elaborada em caráter de urgência nacional, por uma escola pública gratuita e pensada por intelectuais brasileiros da época, ela não conseguiu resolver os problemas das classes operárias, muito menos das populações do meio rural. A referida lei, necessária para conter as injustiças provocadas pelo sistema educacional, que se organizava com a educação dualista²³, teve sua contribuição institucional, como explícito no seguinte trecho:

Na avaliação de Anísio Teixeira, embora a LDB tenha deixado muito a desejar em relação às necessidades do Brasil na conjuntura de sua aprovação, ele considerou uma vitória a orientação liberal, de caráter descentralizador, que prevaleceu no texto da lei (...). A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando, com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos Pioneiros da Educação Nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino. (SAVIANI, 2008, p. 307).

²³ A educação dividida em duas grandes redes as quais correspondem a sociedade capitalista em duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado. O leitor poderá encontrar a origem da palavra no livro de Dermeval Saviani, *História das ideias pedagógicas no Brasil*. (SAVIANI, 2008, p. 284).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Todo esse processo desencadeou em uma educação desqualificada para o meio rural, que sempre esteve à mercê das determinações dos centros urbanos. Esse descaso e desinteresse sobre a educação rural recaem na organização dos movimentos sociais, como forma de desestruturar a resistência da militância.

A expressão “educação básica” já indica a ampliação e popularização da escola pública, mesmo que a lei só garanta a obrigatoriedade do ensino fundamental. Aos poucos, a sociedade está incorporando a importância dos outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino médio. A educação infantil, por estar se concretizando como uma ideia de escola; e o ensino médio, por ser uma possibilidade de chegar à universidade ou de conquistar um emprego melhor, sobretudo para os que deixam os estudos ou não ingressam nas universidades.

A educação do campo, também garantida segundo a (LDB, 1997, p. 39), é assim especificada:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação a natureza do trabalho na zona rural (LDB 9394/96).

Apesar de estar presente na lei, a educação básica no campo não tem sido atendida de maneira satisfatória e nem mesmo tem sido delineada como proposta para a formação de identidade do meio rural, na busca de um novo projeto de desenvolvimento do campo.

Por esses percalços é que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por representar essa parcela excluída da sociedade, que se configura através de ações coletivas de luta por terra, para garantir um espaço de vida e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sobrevivência, reivindica uma educação que contemple os anseios do homem do campo.

Essas ações transformam o MST em um dos movimentos mais amplos e organizados da história brasileira. Herdeiro de movimentos populares que se destacaram desde os primórdios da colonização europeia, como as guerras de Canudos e Contestado. O MST tem forte influência das Ligas Camponesas, organizadas entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, e de outras lutas que significaram a complexidade das relações sociais no/do campo, até chegar à luta pela reforma agrária, nas décadas de 70 e 80, do século XX. Nessa concepção de movimentos sociais que se destacaram na história da América Latina, o pensamento a seguir diz:

Destacar, en el caso latinoamericano, y especialmente el brasileño, el surgimiento de los movimientos sociales (populares y de otra naturaleza – de genero, ecológicos, indígenas, de negros, de derechos humanos etc.), generadores de nuevos sujetos sociales que fortalecieron a la sociedad civil en las últimas décadas, trayendo prácticas innovadoras que pusieron en tela de juicio las prácticas tradicionales implementadas por el Estado y por el mercado, como la ruptura con el “reinado de privilegios” (WANDERLEY, 2003, p. 4).

Dentro desse invólucro de ações coletivas sociais na terra, no MST surgiu a necessidade e a urgência de se pensar a educação do campo, visto que emergia desse núcleo a preocupação com o sistema educacional do movimento; preocupação, também, com jovens e crianças, que representam o futuro e a consolidação do seu significado, e participam fortemente da luta pela terra, trazendo consigo essa representatividade. Pensar, sistematizar e formalizar a educação escolar comprometida com os princípios ideológicos do movimento, tornou-se meta importante para o MST. Nessa concepção, entende-se que:

Para o MST, a escola é uma exigência imposta pela realidade das crianças em idade escolar que acompanham os pais nas ocupações



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

de terra. A educação é defendida não como um fim em si mesmo, mas como instrumento de luta pela terra e por condições de vida, de afirmação de sua identidade (CALDART, 2000, p. 73).

A partir dessa visão, procurou-se analisar as rápidas transformações na história do campo brasileiro, entre os fins da década de 1970 e início dos anos 1980, através da educação escolar e da sua pedagogia ímpar, aplicada em assentamentos rurais, bem como das ações de sujeitos sociais que participaram desse processo, devido a sua condição de excluídos da terra, imposta pelas regras do capitalismo.

No Brasil dos anos 80, os movimentos sociais, particularmente os de caráter popular, foram o lume que orientou os tênues avanços democráticos que a sociedade civil obteve. Eles reorientaram as relações sociais tecnocráticas e autoritárias para formas menos coercitivas. Fizeram-se reconhecer na arena política como interlocutores válidos e necessários, particularmente na transição operada através de processos constitucionais. (GOHN, 2001, p. 52).

Mediante esse processo de ampliação do campo, o MST procura fortalecer suas raízes, territorializando o movimento e dando sentido científico para as suas ações, quando engendra conhecimentos mais sistemáticos sobre a terra, e isso só é possível mediante a implantação e formalização da educação camponesa. O MST pode ser definido, então, como um movimento social que resiste ao quadro histórico de injustiças cometidas contra os menos favorecidos.

Sendo esse discurso importante para a formação da consciência política dos militantes do MST, um dos seus objetivos cruciais é perpetuar a educação no campo, não só para aproximar o homem dos conhecimentos sistemáticos da terra, passando pela formação da consciência ambiental, como também para construir uma relação entre educação e reforma agrária. No Estado de São Paulo, as escolas dos assentamentos já organizaram sua Proposta Pedagógica direcionada para a ação educacional do MST.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Los movimientos están tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con criterios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular. En este punto, llevan la delantera los indígenas ecuatorianos que han puesto en pie la Universidad Intercultural de los Pueblos y Nacionalidades indígenas - que recoge la experiencia de la educación intercultural bilingüe en las casi tres mil escuelas dirigidas por indios-, y los Sin Tierra de Brasil, que dirigen 1.500 escuelas en sus asentamientos, y múltiples espacios de formación de docentes, profesionales y militantes (DÁVALOS, 2002; CALDART, 2000). Poco a poco, otros movimientos, como los piqueteros, se plantean la necesidad de tomar la educación en sus manos, ya que los estados nacionales tienden a desentenderse de la formación. En todo caso, quedó atrás el tiempo en el que intelectuales ajenos al movimiento hablaban en su nombre (ZIBECHI, 2003, p. 3).

De acordo com o autor, vários segmentos sociais que encabeçam movimentos populares em toda a América Latina estão criando sistemas pedagógicos próprios para fomentar a educação popular, a exemplo do MST no Brasil que tem se empenhado nessa iniciativa como uma forma de manter seu espaço politicamente correto e integralizado.

Nesse panorama da educação no MST, muitas foram as preocupações com normas e os objetivos a serem alcançados com as propostas pedagógicas do movimento. Na sua ação educacional sempre estão inseridos todos os sujeitos que participaram e participam desse cenário emblemático, e agora é importante que ela contemple todo o seu conjunto.

Através da dinâmica de organização de luta pela terra veio o avanço da educação do campo, exigindo de seus membros um pensamento mais reflexivo sobre o tipo de educação que seria oferecida nos espaços do MST e passando a ser mola propulsora para profundos questionamentos sobre a instituição escola. Caldart (1997) explica que a discussão sobre educação mobilizou o movimento e possibilitou encontros para tratar dos interesses educacionais de várias regiões,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

com o intuito de traçar planos e objetivos pedagógicos para nortear as escolas que já se expandiam nos assentamentos rurais.

Para tanto, foram elaboradas propostas calcadas nos princípios pedagógicos e filosóficos do MST:

Princípios pedagógicos:

1. Relação entre prática e teoria;
2. Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação;
3. A realidade como base da produção do conhecimento;
4. Conteúdos formativos socialmente úteis;
5. Educação para o trabalho e pelo trabalho;
6. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos;
7. Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos;
8. Vínculo orgânico entre educação e cultura;
9. Gestão democrática;
10. Auto-organização dos/das estudantes;
11. Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras;
12. Atitudes e Habilidades de pesquisa;
13. Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MST, 1997 - Caderno de Educação, nº 8, p. 24).

Princípios filosóficos:

1. Educação para a transformação social: Educação de classe massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo;
2. Educação para o trabalho e a cooperação;
3. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
4. Educação com/para valores humanistas e socialistas;
5. Educação como processo permanente de formação/transformação humana. (MST, 1997 - Caderno de Educação, nº 8, p. 10).

Essa pedagogia apresenta diretrizes educacionais formais e informais, fazendo com que a experiência transcenda a escolarização, afinal, “não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola” (CALDART, 2000, p.143).

A preocupação com a educação do campo veio junto com a formalização do MST, em 1984, quando ocorreu o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel/PN. Inicia-se com a organização dos trabalhadores rurais sem terra em acampamentos, mostrando que era possível e viável a sua ação. Famílias passaram a viver em conjunto, inseridas num processo de conquista da terra e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

carregadas de profundo sentido social, exigiam a construção de novas relações. Caldart (2000) explica que as crianças aprenderam a viver com as diversidades (raça, religião, cultura, gênero, etc.), mesmo que em barracas de lona, e criaram diferentes formas de sociabilidade.

Aqui surge o lugar das trocas de experiências de vidas, vínculos de comunicação são estabelecidos entre sujeitos e suas famílias, novos símbolos e códigos são utilizados no diálogo cotidiano. A plantação e a colheita, as crias, a economia, a política, se transformam num câmbio social. Ação inerente a todo ser humano, esse processo marca o início da história da educação do MST.

Caldart e Schuwaab (1991) destacam o acampamento de Encruzilhada do Natalino, município de Ronda Alta/RS, como o local onde surgiram as primeiras preocupações com as crianças em acampamentos, com a infância num acampamento à beira de uma rodovia. Essa situação deixou um grupo de mães preocupadas, “(...) alguns adultos perceberam a ansiedade dessas crianças e começaram a pensar no que fazer com elas. São formados grupos de mães, que passam a orientar as brincadeiras do grupo com as crianças” (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p.87).

Ainda segundo as autoras, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocorreu em 1985, e registrou naquele período importantes características desse primeiro congresso para a formação de Educação e dos coletivos regionais no interior de cada estado. Foram as metas de articulação dos sujeitos envolvidos com educação nos acampamentos e assentamentos – endossadas por uma reflexão pedagógica idealizadora, realizada por aqueles que construíram o setor educacional, inspirados nas ideias de Paulo Freire – que favoreceu grandiosamente a elaboração dessa pedagogia diferenciada, implantada na escola do campo.

Em 1985, a Fazenda Annoni, que representava um latifúndio de 9.300 hectares, no município de Pontão/RS, foi ocupada por mais de 1.500 famílias, que



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

desenvolveram atividades através de equipes de trabalho, principalmente com a Educação. O agrupamento de mães foi o alicerce para a construção dessas equipes, para solucionar problemas ligados a segurança das crianças. Contudo, “no começo, também aqui não se pensava em escola e nem se sabia discutir com elas o que estava se passando ali” (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p. 89).

O MST formou equipes designadas a organizar as atividades do acampamento de maneira sistemática. A equipe responsável pela educação passou a fazer parte das discussões sobre os problemas do acampamento e sobre o ensino e a escolarização infantil. Essas reflexões levaram o grupo a pensar a educação popular e a apontar a necessidade de uma escola no acampamento Annoni. Esse assunto repercutiu de forma acelerada, chegando a dividir a opinião do grupo.

Bernadete Schuwaab (1991), uma das ativistas da equipe de educação, juntamente com outras professoras e voluntários, conseguiram mobilizar a maioria dos acampados, levaram questionamentos e considerações sobre a importância da educação e da escola para o acampamento, transformando essa iniciativa em mais uma bandeira de luta, agora, uma escola oficial para Annoni.

A prefeitura municipal de Sarandi e o governo do Estado do Rio Grande do Sul foram acionados e prometeram destinar verbas para a escola. Até 1987, esse problema não tinha sido resolvido, forçando um grupo de acampados a procurar a prefeitura, e com pedaços de lona construir a primeira escola oficial do acampamento, como relatam as autoras: “as aulas aconteciam todas no mesmo barracão, num sistema de três turnos. Eram 23 professores para 600 alunos de 1ª série” (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p.91). Em seguida, foi aprovada a construção da escola e, com mais algumas estratégias de ocupação de toda a fazenda, foi necessária a anexação de mais sete escolas no acampamento Annoni.

Este fato chamou a atenção de outros assentamentos e acampamentos, e provocou a formação de equipes regionais interligadas que, como relata Caldart e



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Schuwaab (1991, p.94): “mobilizou e articulou professores representantes de assentamentos de toda região”²⁴.

Desde então o MST vem se empenhando em formalizar sua proposta pedagógica, no intuito de desenvolver ciência no campo e garantir a qualidade de vida de seus seguidores.

Para Zibechi, esses movimentos sociais da atualidade estão relacionados por categorias distintas: territorialidade, autonomia política, valorização da cultura, afirmação de identidade e capacidade de formar seus próprios intelectuais. “Las formas de organización de los actuales movimientos tienden a reproducir la vida cotidiana, familiar y comunitaria, asumiendo a menudo la forma de redes de auto organización territorial” (ZIBECHI, 2003, p.3).

A partir do que foi exposto, torna-se de fundamental relevância social analisar a história da formação da educação do campo no Rio Grande do Sul e a contribuição política do MST na conquista desse espaço através da construção da sua história, até a elaboração de seu sistema pedagógico e a implantação da educação escolar em áreas de assentamentos rurais, educação que seja norteadora dos significados que visam aprofundar suas raízes, valorizar culturas e disseminar vivências da/na terra.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6º ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CALDART, Roseli & SCHUWAAB, Bernadete. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: STÉDILE, João Pedro & GÖRGEN, Frei Sérgio

²⁴Caldart e Schuwaab (1991) citam a região de Novo Sarandi, Passo Real e, principalmente, Nova Ronda Alta/RS.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- (orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1991.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- _____. **Pedagogia do movimento sem terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARX, K e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de Álvaro Pina. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MST. **Cadernos de Educação**, nº 8, São Paulo, 1997.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 40 ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2008a.
- _____. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b.
- _____. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino.** 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Mercosur y las sociedad civil. In: 14. Publicado em **la Revista del CLAD Reforma e Democracia.** Nº 25. (Feb. 2003). Caracas.
- ZIBECHI, Raúl. **Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafios.** In: OSAL, Observatorio Social de América Latina, enero de 2003.